



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Recibo de Transmissão

Código do Recibo: 7666
Data da Entrega: 30/04/2021
Unidade Gestora: 009228 - SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE
Período: PRIMEIRO TRIMESTRE Ano de Referência: 2021
Tipo: RELATORIO E CERTIFICADO DO CONTROLE INTERNO
Responsável: 65238753500

Emitido em: 30/04/2021



GOVERNO DE SERGIPE

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE - SETC**

**Relatório de Atividades do Controle
Interno Estadual
1º Trimestre 2021**

Aracaju/SE

Abril/2021

EXPEDIENTE

Belivaldo Chagas Silva
Governador do Estado de Sergipe

Alexandre Brito de Figueiredo
Secretário de Estado da Transparência e Controle

Sheila Feitosa Macedo
Superintendente Executiva

Elder Sandes Vieira
Ouvidoria-Geral

José Ney Marinho
Assessor-Geral para Assuntos Técnicos e Administrativos

Rafael Santos Pereira
Diretor da Coordenadoria da Administração Direta

Diretor da Coordenadoria da Administração Indireta

Fernando Gomes de Miranda
Gestão Estratégica

José de Oliveira Santos
Gestão Interna

SUMÁRIO

1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

2.1.1 Orientações Técnicas

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo

2.2.1.1 Do Orçamento

2.2.1.2 Da Execução Orçamentária e Financeira

2.2.1.3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira

2.2.1.4 Recursos no Enfrentamento à COVID-19

2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

2.3.1 Auditorias de Contas Anuais

2.3.1.1 Instrução Normativa Nº 001/SETC/2021

2.3.1.2 Prestação de Contas Anual

2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

2.4.1 Transparência Ativa

2.4.2 Transparência Passiva

2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 Apresentação

2.5.2 Atividades Desempenhadas

2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

3. GESTÃO DA SETC

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2020

3.2 PESSOAL E ENCARGOS

3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

3.4 MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA

3.4.1 Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas

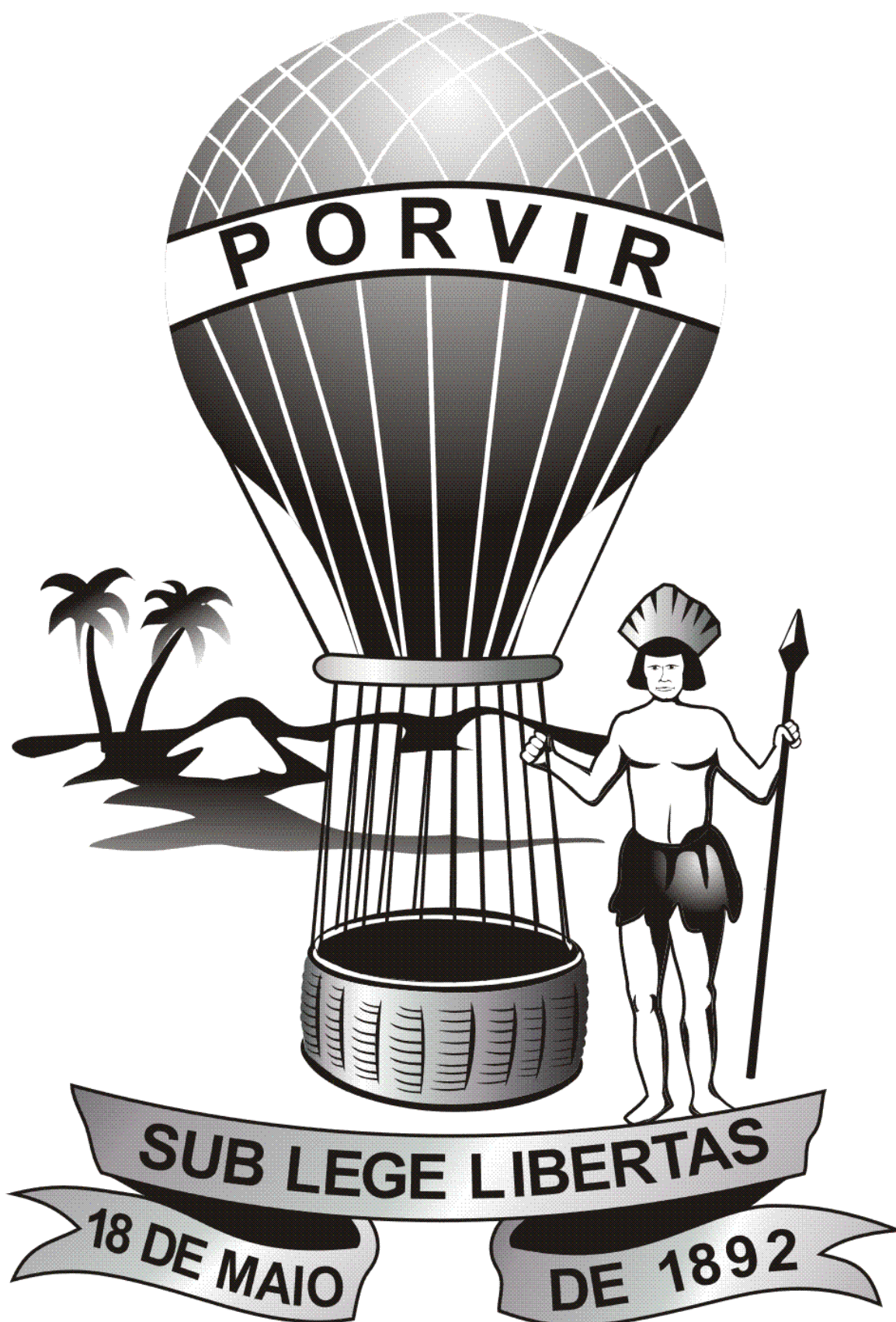
3.4.2 Área de Suporte e Infraestrutura

3.4.3 Área de Avaliação e Monitoramento de Portais da Transparência

3.5 OUVIDORIA SETORIAL

3.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.6.1 Principais Resultados Alcançados



1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 13.128.798/0009-50, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, instituído nos termos das Leis Estaduais nº. 3.630/1995 e nº. 8.496/2018, sediada na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Registre-se, preliminarmente, que a Controladoria-Geral do Estado, hoje denominada Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, originou-se da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, constituindo-se em órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Com foco na transparência e no controle, a Controladoria-Geral do Estado foi transformada em Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, a qual dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Administração Pública Estadual - Poder Executivo, fortalecendo o Órgão Central de Controle Interno.

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 11 da Lei nº. 8.496, de 28 de Dezembro de 2018, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;
- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
- ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual;
- ✓ a supervisão e o controle da regularidade fiscal da Administração Pública Estadual junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC/STN);
- ✓ a prevenção e o combate à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- ✓ auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública;
- ✓ formular, coordenar e fomentar a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência;
- ✓ zelar pelo controle social na administração pública;
- ✓ contribuir para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
- ✓ fomentar e supervisionar as atividades da Ouvidoria-Geral do Estado;
- ✓ a realização de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

“I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



Missão

Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.

Visão Estratégica

Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.



Valores

*Ética e Transparência na Administração Pública;
Participação Popular e Controle Social da Gestão;
Prevalência do Interesse Público;
Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;
Transversalidade da Gestão.*

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 1º trimestre de 2021, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão apresentados a seguir:

2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos, emitido pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de avaliar e promover orientação técnica e normativa, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

Neste sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, visando exercer o controle interno para proteger o patrimônio público estadual e evitar eventuais danos ao Erário, através da Assessoria Técnica Jurídica, examinou demandas internas e externas e demais matérias de competência desta Casa de Controle Interno e dentre os trabalhos destacaram-se os relacionados a seguir:

RELATÓRIO SESSÃO PLENÁRIA – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE - SEMPRE ÀS QUINTAS-FEIRAS – MODALIDADE VIRTUAL TENDO EM VISTA O DISTANCIAMENTO SOCIAL PROVOCADO PELA COVID-19

ASSUNTOS DISCUTIDOS: Avaliação de Órgãos e Entidades Estaduais, prestação de contas de Prefeituras e Câmara Municipais, recursos impetrados e assuntos gerais. Foram acompanhadas as sessões de julgamento realizadas no primeiro trimestre de 2021, tendo sido julgados 32 processos no âmbito estadual.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o **primeiro trimestre de 2021**, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

2.2.1.1 DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício de 2021 foi aprovado pela Lei nº 8.819, de 14 de janeiro de 2021, alocando recursos da ordem de R\$ 10.587.756.328,00 (dez bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e oito reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2020		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES	11.071.054.106	DESPESAS CORRENTES	9.628.796.271
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.690.392.533	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.580.791.416
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	582.250.769	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170.915.275
RECEITA PATRIMONIAL	55.046.211	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.877.089.580
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	240.332.379		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.413.714.530		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.317.684		
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.043.784.658		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.386.230.908		
I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.728.607.856		
RECEITAS DE CAPITAL	859.148.472	DESPESAS DE CAPITAL	946.167.507
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	193.460.000	INVESTIMENTOS	603.644.707
ALIENAÇÃO DE BENS	352.163.513	INVERSÕES FINANCEIRAS	92.500.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.022.800
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	313.424.959		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100.000		
II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	859.148.472		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.792.550
TOTAL	10.587.756.328	TOTAL	10.587.756.328

Fonte: Lei nº 8.819, de 14 de janeiro de 2021/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

No 1º trimestre de 2021, foram abertos créditos suplementares no montante de R\$ 264.743.791,65 (duzentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) e anulados o montante de R\$ 256.033.791,65 (duzentos e cinquenta e seis milhões, trinta e três mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos), perfazendo a dotação final no valor de R\$ 10.596.466.328,00

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

(dez bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e trezentos e vinte e oito reais).

Considerando o destaque de crédito no trimestre no valor de R\$ (3.392.632,75) (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), a dotação atualizada perfaz o valor de R\$ 10.593.073.695,25 (dez bilhões, quinhentos e noventa e três milhões, setenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	10.587.756.328,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	264.743.791,65
C	DOTAÇÃO ANULADA	256.033.791,65
D	DOTAÇÃO FINAL (D) (=) (A+B-C)	10.596.466.328,00
E	DESTAQUE DE CRÉDITO	-3.392.632,75
F	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F) (=) (F+G)	10.593.073.695,25

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos
Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos suplementares foram anulações de dotações e *superavit* financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, estes por meio dos Decretos N° 80, de 10 de março de 2021, no montante de R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil), e N° 81, de 10 de março de 2021, no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões).

Após a abertura de créditos adicionais, considerando o destaque de crédito, a despesa orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	
CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	9.619.407.399,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.586.709.965,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170.915.275,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.861.782.159,50
DESPESAS DE CAPITAL	960.873.745,68
INVESTIMENTOS	655.425.945,68
INVERSÕES FINANCEIRAS	54.950.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.497.800,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.792.550,00
TOTAL	10.593.073.695,25

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

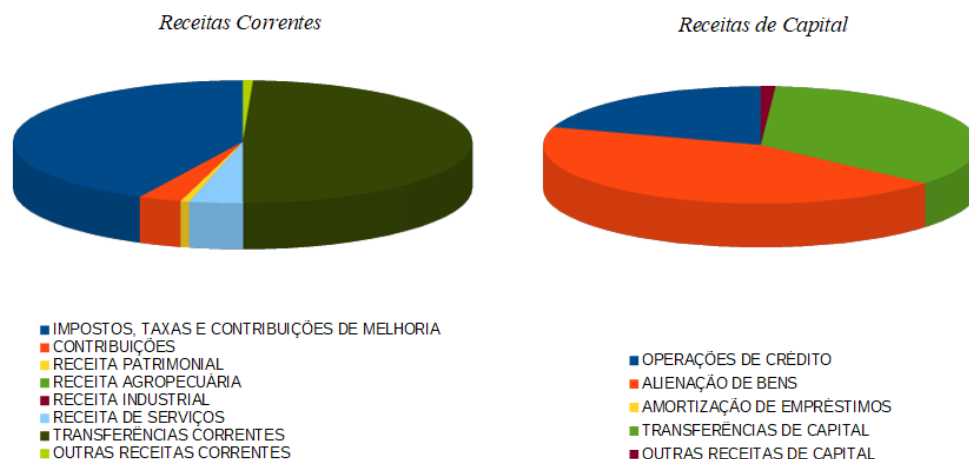
2.2.1.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 1º. Trimestre de 2021 foi no valor de R\$ 2.362.946.319,33 (dois bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e trinta e três centavos), conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	RECEITA A REALIZAR
		NO TRIMESTRE	
RECEITAS CORRENTES	10.455.242.350,00	2.810.888.557,75	7.644.353.792,25
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.343.326.450,00	1.086.782.011,96	3.256.544.438,04
CONTRIBUIÇÕES	330.618.100,00	99.589.555,67	231.028.544,33
RECEITA PATRIMONIAL	64.440.940,00	16.895.393,11	47.545.546,89
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	395.358.940,00	106.696.018,96	288.662.921,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.227.278.400,00	1.461.590.581,41	3.765.687.818,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.219.520,00	39.334.996,64	54.884.523,36
RECEITAS DE CAPITAL	955.756.507,00	28.438.000,02	927.318.506,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	205.300.000,00	18.585.660,38	186.714.339,62
ALIENAÇÃO DE BENS	403.842.107,00	643.395,09	403.198.711,91
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	,00	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	336.514.400,00	9.206.249,14	327.308.150,86
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.100.000,00	2.695,41	10.097.304,59
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	884.402.643,00	164.395.125,59	720.007.517,41
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.363.864.000,00	-640.775.364,03	-1.723.088.635,97
TOTAL	9.931.537.500,00	2.362.946.319,33	7.568.591.180,67

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Receitas Arrecadadas no 1º Trimestre



Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

A Despesa Empenhada no 1º trimestre de 2021 foi no valor de R\$ 3.963.907.396,48 (três bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, novecentos e sete mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrado a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	3.684.582.526,38	2.530.451.511,75	2.413.193.885,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.480.846.801,45	1.733.956.859,60	1.649.118.672,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.394.944,97	43.395.389,21	43.395.389,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.123.340.779,96	753.099.262,94	720.679.823,78
DESPESAS DE CAPITAL	279.324.870,10	134.059.442,79	126.375.720,29
INVESTIMENTOS	122.866.480,55	54.999.459,41	47.315.736,91
INVERSÕES FINANCEIRAS	12.464.202,61	12.462.996,98	12.462.996,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	143.994.186,94	66.596.986,40	66.596.986,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00
TOTAL	3.963.907.396,48	2.664.510.954,54	2.539.569.606,04

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesas Empenhadas no 1º Trimestre

Despesas Correntes



- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas de Capital



- INVESTIMENTOS
- INVERSÕES FINANCEIRAS
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

- Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE			
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE
ALESE	145.917.902,98	49.151.935,07	49.149.026,24
TCE	129.923.269,19	30.543.658,43	30.250.175,82
FMTC/SE	181.021,97	53.311,00	53.311,00
TJ	274.618.254,57	134.291.124,26	134.256.575,31
FERD	52.718.509,65	15.819.814,15	15.596.592,14
PGE	14.656.425,54	10.382.296,42	10.051.997,58
MPE	188.788.569,86	44.146.240,03	44.062.108,74
FEMP	,00	,00	,00
FRBL	,00	,00	,00
VGE	525.250,00	202.049,61	190.329,20
SEGG	15.309.677,05	8.647.334,34	7.495.566,56
AGRESE	1.323.900,46	602.122,41	602.022,41
EMGETIS	2.853.086,64	2.155.288,91	1.975.874,83
PRONESE	2.060.258,48	1.962.237,26	1.764.745,32
FEHIS	154.726,90	144.529,02	144.529,02
SEAD	262.492.140,47	252.978.762,05	251.892.647,29
IPESAÚDE	106.530.178,69	88.457.244,88	80.912.238,88
FDRH	17.650,00	,00	,00
SEFAZ	373.095.911,34	188.880.545,44	187.961.975,99
FINATE	25.779.529,69	9.971.460,70	6.803.858,59
FUNDO DE AVAL	196.000,00	,00	,00
SEAGRI	4.320.740,42	3.567.312,24	3.429.313,20
EMDAGRO	22.699.798,80	17.650.486,51	15.464.845,59
COHIDRO	12.390.225,86	11.770.497,75	10.778.533,13
SEDUC	391.647.070,01	254.952.153,36	239.768.547,49
FUNCAP	4.145.981,81	3.741.130,15	2.709.605,06
SEDETEC	1.974.343,59	1.190.757,17	1.052.347,17
JUCESE	942.462,11	684.117,24	679.003,43
ITPS	2.815.155,67	2.632.089,62	2.144.503,30
FAPITEC	545.531,10	513.782,09	255.373,66
CODISE	11.955.632,27	10.061.173,82	9.901.352,37
EMSETUR	1.929.054,23	1.594.781,65	1.535.851,06
FAI	,00	,00	,00
FUNTEC	2.000,00	,00	,00
FES	530.271.703,69	465.870.915,16	448.841.685,51
SEJUC	50.640.791,64	40.318.968,71	37.016.743,56
FUNPEN	1.312.503,04	711.266,25	711.266,25
FUNDECON	400,00	,00	,00
SSP	166.565.451,29	88.686.096,09	87.880.377,35
HPM	244.323,98	180.723,89	125.316,30
DETRAN	21.495.170,54	21.121.268,75	20.766.666,94
FUNESP	12.817.685,86	9.708.139,80	9.374.471,19
CBM	60.340.261,25	28.339.784,46	28.046.409,49
DEPEC	,00	,00	,00
SEIAS	2.715.857,03	2.375.131,55	2.169.855,08
RENASCER	8.797.126,17	8.160.785,81	6.394.491,34
FUNDECRIA	9.325,33	,00	,00
FUNDEPROI	11.077,05	,00	,00
FEAS	3.260.317,29	3.026.644,03	3.020.494,49
FUNCEP	7.338.887,32	6.247.987,72	5.035.540,83
FT/SE	,00	,00	,00
PMSE	281.627.224,83	232.391.390,00	229.778.624,19
SEDURBS	79.814.442,40	50.893.448,68	48.053.348,03
DER	19.757.352,04	12.211.603,17	5.963.053,14
CEHOP	7.839.037,93	7.610.082,03	7.066.906,55
FUNCART	60,00	,00	,00
DPE	18.013.089,57	14.779.738,08	14.779.738,08
FUNDEPES	15.250,00	,00	,00
ADEMA	2.019.958,66	1.719.009,75	1.498.282,92
FUNDEMA	,00	,00	,00
FERH	188.899,88	111.726,70	94.118,17
SETUR	7.484.380,95	3.385.921,44	2.407.589,93
SETC	819.841,41	681.920,82	517.479,54
SERGIPEPREVIDÊNCIA	3.136.514,17	2.101.182,18	1.975.419,28
FINANPREV	624.860.203,81	517.128.983,89	467.168.877,50
TOTAL	3.963.907.396,48	2.664.510.954,54	2.539.569.606,04

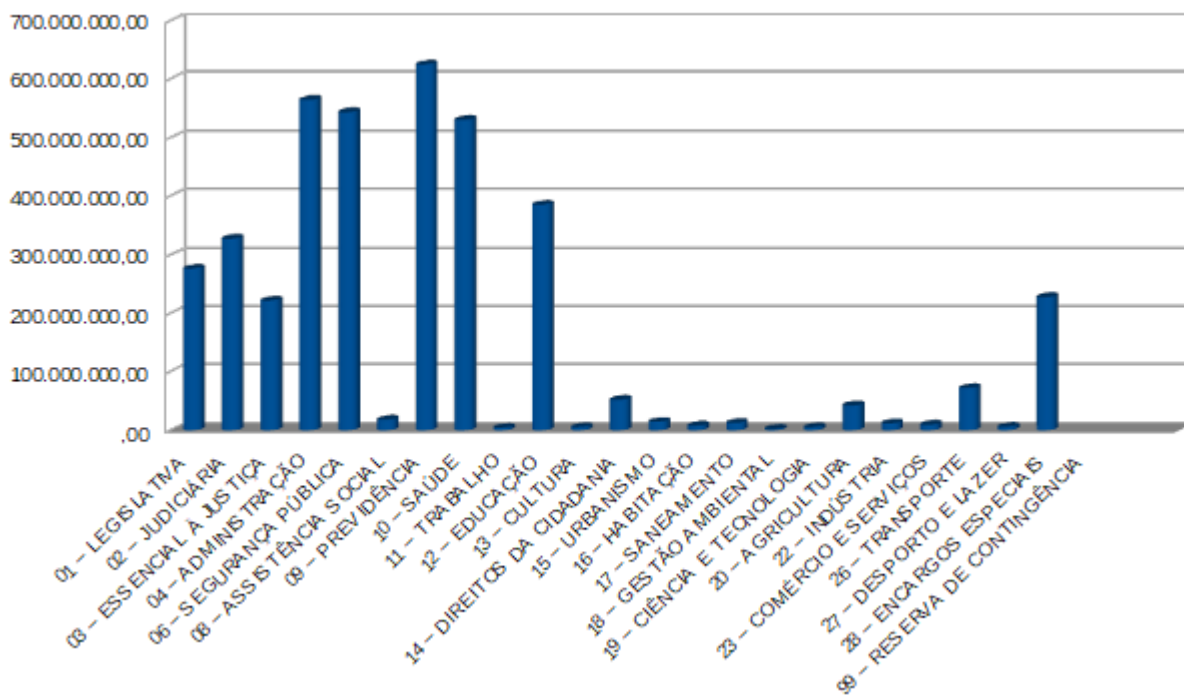
Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

- Despesa Orçamentária por Função

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO			
FUNÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	276.022.194,14	79.748.904,50	79.452.513,06
02 – JUDICIÁRIA	327.336.764,22	150.110.938,41	149.853.167,45
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	221.410.073,17	69.293.992,49	68.885.542,36
04 – ADMINISTRAÇÃO	564.697.936,27	442.747.096,26	428.517.246,58
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	543.666.508,50	380.488.793,74	376.033.256,21
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.897.763,93	15.850.800,96	13.353.238,74
09 – PREVIDÊNCIA	625.120.679,53	517.360.039,12	467.280.821,75
10 – SAÚDE	530.271.703,69	465.870.915,16	448.841.685,51
11 – TRABALHO	4.234.826,26	3.959.748,15	3.267.143,00
12 – EDUCAÇÃO	385.366.613,92	251.776.727,66	236.722.764,66
13 – CULTURA	5.319.392,04	4.368.112,03	3.287.824,21
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	51.953.694,68	41.030.234,96	37.728.009,81
15 – URBANISMO	14.369.306,10	7.669.405,40	6.441.391,06
16 – HABITAÇÃO	7.718.887,66	7.479.740,88	6.936.565,40
17 – SANEAMENTO	12.464.202,61	12.462.996,98	12.462.996,98
18 – GESTÃO AMBIENTAL	2.317.075,00	1.899.449,51	1.658.471,84
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.257.059,43	4.256.657,99	3.372.253,24
20 – AGRICULTURA	42.188.751,12	35.698.273,87	32.185.177,35
22 – INDÚSTRIA	11.675.632,27	10.015.726,88	9.855.905,43
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.413.435,18	4.980.703,09	3.943.440,99
26 – TRANSPORTE	71.965.515,51	42.789.651,55	34.931.657,52
27 – DESPORTO E LAZER	5.769.618,82	2.681.308,82	2.600.428,68
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	227.469.762,43	111.970.736,13	111.958.104,21
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00
TOTAL	3.963.907.396,48	2.664.510.954,54	2.539.569.606,04

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Orçamentária por Função



- **Despesa Orçamentária por Poder**

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER			
PODER	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE
EXECUTIVO	3.360.548.438,12	2.434.651.111,63	2.310.263.925,53
LEGISLATIVO	276.022.194,14	79.748.904,50	79.452.513,06
JUDICIÁRIO	327.336.764,22	150.110.938,41	149.853.167,45
TOTAL	3.963.907.396,48	2.664.510.954,54	2.539.569.606,04

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo



Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de R\$ 6.629.166.298,77 (seis bilhões, seiscentos e vinte e nove milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos), o que representa, no exercício de 2020, aproximadamente 62,58% da dotação atualizada, conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	10.593.073.695,25
DESPESA EMPENHADA (B)	3.963.907.396,48
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)	6.629.166.298,77

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar, no exercício, no valor de R\$ 1.424.337.790,44 (um bilhão, quatrocentos e vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), o que representa, aproximadamente 35,93% da despesa empenhada, conforme quadro a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPEZA EMPENHADA x DESPEZA PAGA	
DESPEZA EMPENHADA (A)	3.963.907.396,48
DESPEZA PAGA (B)	2.539.569.606,04
DESPEZA A PAGAR (A – B)	1.424.337.790,44

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício, verificou-se um *superavit* orçamentário no valor de R\$ 1.600.961.077,15 (um bilhão, seiscentos milhões, novecentos e sessenta e um mil, setenta e sete reais e quinze centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPEZA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	2.362.946.319,33
DESPEZA EMPENHADA (B)	3.963.907.396,48
SUPERAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)	-1.600.961.077,15

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

2.2.1.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada

Receita Arrecadada	2.362.946.319,33	0,24
Receita Prevista Atualizada	9.931.537.500,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,24**, ou seja, no exercício, foi arrecadado aproximadamente 23,79% das receitas previstas atualizadas.

b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada

Despesa Empenhada	3.963.907.396,48	0,37
Dotação Atualizada	10.593.073.695,25	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,37**, ou seja, no exercício, foi empenhado aproximadamente **37,42%** da dotação atualizada.

c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista

Dotação Atualizada	10.593.073.695,25	1,07
Receita Prevista Atualizada	9.931.537.500,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram despendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,07**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, decorrente dos créditos adicionais abertos e destaque de crédito.

d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada

Receita Arrecadada	2.362.946.319,33	0,60
Despesa Empenhada	3.963.907.396,48	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,60** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário** da ordem de **R\$ 1.600.961.077,15**.

e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	2.362.946.319,33	0,93
Despesa Orçamentária Paga	2.539.569.606,04	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 0,93** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário na execução financeira** da ordem de **R\$ 176.623.286,71**.

f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente: Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	2.334.508.319,31	0,83
Despesa Corrente	2.810.888.557,75	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,83** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário corrente** da ordem de **R\$ 476.380.238,44**.

g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital: Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	28.438.000,02	0,10
Despesa de Capital	279.324.870,10	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,10** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ 250.886.870,08**.

2.2.1.4 RECURSOS NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

Diante do cenário de pandemia do novo coronavírus e da situação de emergência decretada pelo Estado de Sergipe, faz-se necessário o acompanhamento dos recursos utilizados no enfrentamento à COVID-19. Desta forma, faz-se necessário a verificação das receitas arrecadadas e das despesas executadas.

- **RECEITAS COVID-19**

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

O quadro abaixo demonstra as receitas recebidas da União vinculadas às ações de enfrentamento à Covid-19 até 31 de março de 2021:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA UNIÃO VINCULADAS ÀS AÇÕES DA COVID-19			
TRANSFERÊNCIAS	UNIDADE GESTORA	SIGLA	VALOR ARRECADADO
TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	FES	24.883.515,74
TOTAL ARRECADADO (RS):			24.883.515,74

Fonte: Portal da Transparência SEFAZ/ <https://www.sefaz.se.gov.br/SitePages/painelreceita.aspx>

- **DESPESAS COVID-19**

O quadro abaixo demonstra a execução orçamentária da despesa, detalhada por fonte de recursos até o 31 de março de 2021:

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 POR FONTE DE REC			
FONTE DE RECURSO COMPLETA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE
0101001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	,00	,00	,00
0102001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	18.904.806,50	15.586.671,68	13.960.471,68
0130001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	152.230,60	146.419,77	74.709,17
0214001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	49.117.990,56	36.923.722,38	35.728.654,18
0215001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	12.899,80	12.899,80	12.899,80
0229001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	37.000,00	23.176,54	23.176,54
0270001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	5.969.187,79	2.028.635,29	1.568.235,29
TOTAL	74.194.115,25	54.721.525,46	51.368.146,66

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

É possível observar, no quadro a seguir, os recursos utilizados por Unidade Gestora no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, até o período de 31 de março de 2021:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 POR UG			
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	NO TRIMESTRE
011011 – ALESE	,00	,00	,00
152041 – IPESAUDE	5.969.187,79	2.028.635,29	1.568.235,29
204011 – FES	68.035.696,86	52.523.293,86	49.702.025,66
244031 – FEAS	37.000,00	23.176,54	23.176,54
244041 – FUNCEP	152.230,60	146.419,77	74.709,17
TOTAL	74.194.115,25	54.721.525,46	51.368.146,66

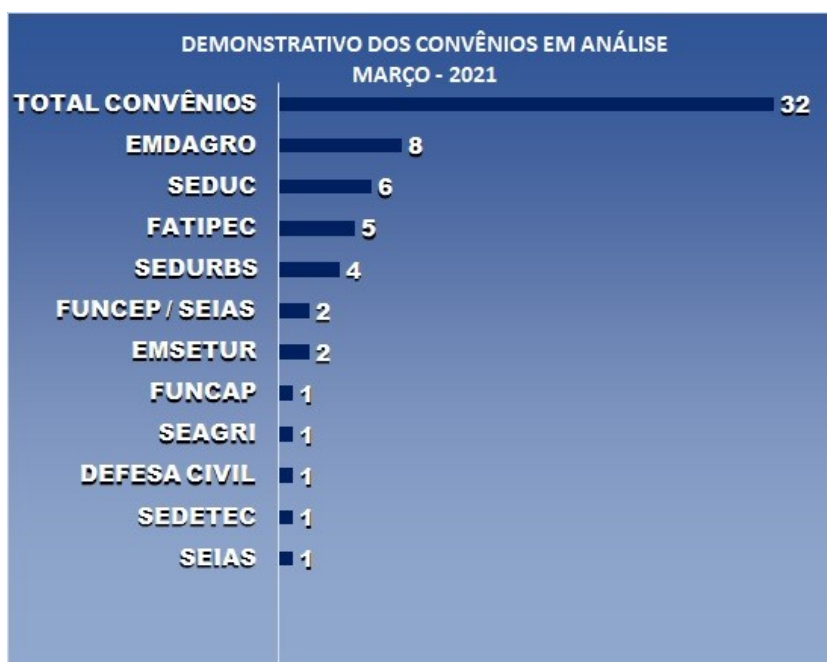
Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

A regularidade fiscal do Estado, em sentido lato, perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional - CAUC/STN, é condição essencial para o Estado celebrar convênios, firmar contratos e receber repasses da União e de Organismos Internacionais de fomento. Neste sentido, o Governo de Sergipe publicou, em 24 de fevereiro de 2010, o Decreto nº. 26.905, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para manter a respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

Ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, localizado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle, continuou a monitorar todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros.

Importa, neste momento, destacar que vem requerendo atenção do NARF/SETC o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com sua evolução no trimestre:



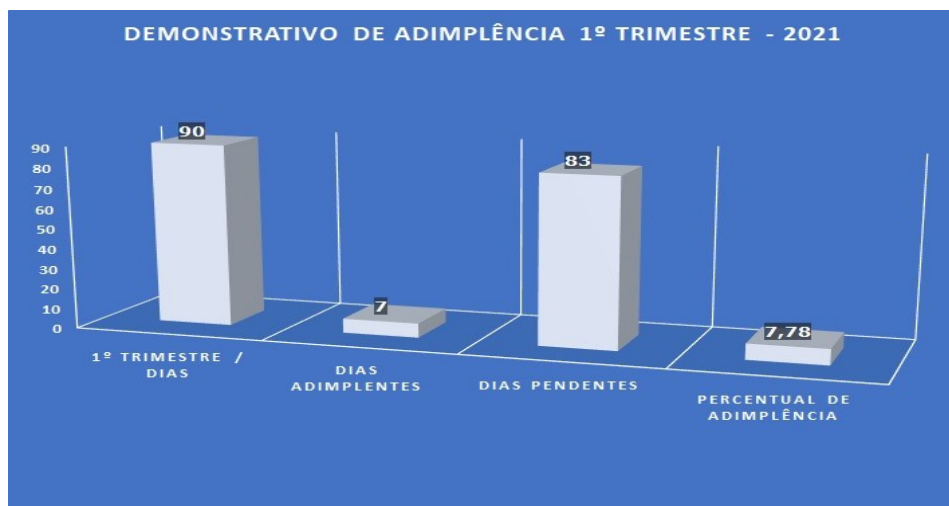
Fonte: I-Gesp



Por sua vez, em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado -MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades no primeiro trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE ESTADUAL NO 1º TRIMESTRE - 2021			
JANEIRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		ADEMA	26
		DER	
		EMGETIS	
		FUNCAP	
		IPES	
1.3 - REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FUNCAP	
		CODISE	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		DER	
		EMGETIS	
		RENASCER	
DITR - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL DA RFB	SEAGRI		
AUSÊNCIA DE GFIP - CEI - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEJUC		
AUSÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEDURBS		
	FUNCART / FUNCAP		
	FUNPEN / SEJUC		
DIVERGÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL DA RFB	PM		
	SEAD		
	TCE		
	TJ		
INSCRIÇÃO DE CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA	SEIAS		
FEVEREIRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		DETRAN	26
		EMGETIS	
		IPES SAÚDE	
		FUNCAP	
		CEHOP	
1.3 – REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS		CODISE	
		DER	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		EMGETIS	
		FUNDAÇÃO RENASCER	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
AUSENCIA DE GFIP - CEI - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEDURBS		
	FEAS / SEIAS		
DIVERGÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SEAD		
	TCE		
	TJ		
AUSÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEGG		
	SETUR		
INSCRIÇÃO DE CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA	SEIAS		
MARÇO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		DETRAN	31
		EMGETIS	
		IPES SAÚDE	
		DER	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		SEGRASE	
	FES / SES		
	TJ		
DIVERGÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	ALESE		
	SEGG		
	SEFAZ		
	SEIAS		
DCTF - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SEFAZ		
INSCRIÇÃO DE CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA	SEIAS		
	TJ		
TOTAL			83

Nesse contexto, saliente-se que o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle-NARF/SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade** dos órgãos da **Administração Direta e Indireta**, cujo objetivo visa a demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compuseram os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do primeiro trimestre de 2021.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						31/03/2021
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2021						31/12/2020
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	90	90		100,00
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		90		100,00
3	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		90		100,00
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		90		100,00
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		71	19	78,89
8	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		87	3	96,67
9	SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL		90		100,00
10	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		90		100,00
11	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		72	18	80,00
12	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		75	15	83,33
13	SEGG	SECRETARIA DE ESTADO GERAL DE GOVERNO		77	13	85,56
14	SEIAS	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		45	45	50,00
15	SEDURBS	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE		51	39	56,67
16	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		81	9	90,00
17	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		65	25	72,22
18	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		85	5	94,44
19	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		87	3	96,67
20	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		90		100,00
21	VG	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		90		100,00
22	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		74	16	82,22
23	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		77	13	85,56
24	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		70	20	77,78

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						31/03/2021
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2021						31/12/2020
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	90	75	15	83,33
2	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		90		100,00
3	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		75	15	83,33
4	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		72	18	80,00
5	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		90		100,00
6	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		90		100,00
7	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		2	88	2,22
8	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		90		100,00
9	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		63	27	70,00
10	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		90		100,00
11	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		2	88	2,22
12	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		90		100,00
13	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		90		100,00
14	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		90		100,00
15	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		90		100,00
16	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE		51	39	56,67
17	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		90		100,00
18	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		33	57	36,67
19	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00
20	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00
21	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00
22	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00
23	RENASCER	FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE		80	10	88,89
24	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		68	22	75,56
25	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		90		100,00
26	SERGIPE PREVIDENCIA	INST DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		90		100,00

Registre-se que, no primeiro trimestre de 2021, os maiores registros de inadimplência observados, no âmbito da Administração Direta, verificaram-se na **SEDURBS** e **SEIAS**. Ao passo que, na Administração Indireta, essa ocorrência se verificou no **DER**, **EMGETIS** e **IPES**, conforme restou demonstrado anteriormente.

Por outro lado, quando se acompanha a regularidade dos demais Estados no Brasil, percebe-se que o Estado de Sergipe também se deparou com algumas dificuldades, sobretudo nesse período de pandemia que vem assolando o país, pois para obter a atual Certidão de

Regularidade Fiscal, vigente até 19/09/2021, o NARF / SETC se desdobrou em várias frentes de atuação tanto interna como externamente. Isso se fez notar pelos insistentes e oportunos contatos com Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e principalmente com a Receita Federal do Brasil.

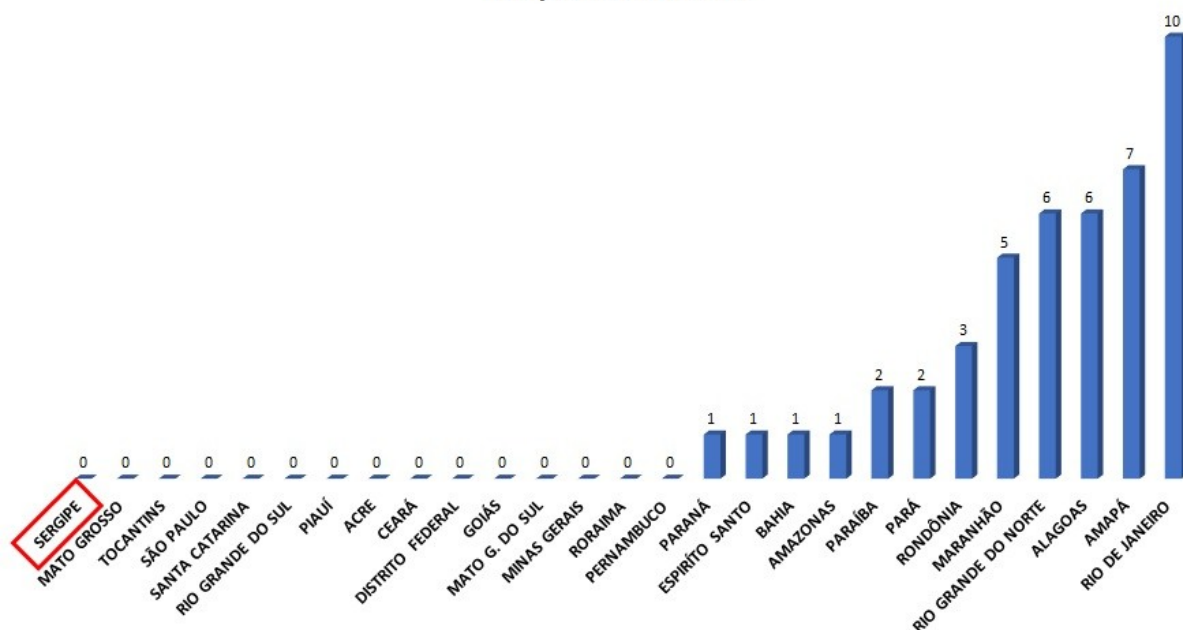
Neste trimestre, particularmente, no mês janeiro deste ano, além da pendência da SEJUC originária do último trimestre de 2020, outras novas ingressaram no bojo do Relatório de Situação Fiscal, que culminaram com atraso da renovação da CND. Neste contexto, duas causas contribuíram para retardar a solicitação deste documento: em algumas situações, atribui-se à morosidade de alguns Órgãos em solucionar as determinadas pendências, embora estes fossem, devida e tempestivamente, notificados pela SETC, por meio de ofícios; outro fator preponderante foi a necessidade de a Procuradoria-Geral do Estado intervir judicialmente em 4 (quatro) processos, impetrando mandados de segurança, em sede de liminar, os quais impediam a liberação da Certidão Negativa de Débitos - CND. Por estas razões, não restam dúvidas de que o atraso na renovação do Certificado de Regularidade, nesse trimestre, muito se deveu a esses sobre mencionados incidentes.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

Na prática, a importância da renovação da Certidão Negativa de Débitos - CND, na esfera estadual, se faz notar sobremaneira no momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou quando, notadamente, o Estado de Sergipe está prestes a receber repasses da União.

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal em que se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.

DEMONSTRATIVO DE PENDÊNCIAS POR ESTADO MARÇO 2021 - ADM. DIRETA



Fonte: CAUC/STN

À luz do quadro apresentado, nota-se que o Núcleo de Regularidade Fiscal-NARF/SETC/SE continuou realizando o hercúleo trabalho de acompanhamento, monitoramento diário da regularidade dos Órgãos e das Entidades do Estado de Sergipe, além de promover ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no primeiro trimestre de 2021, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

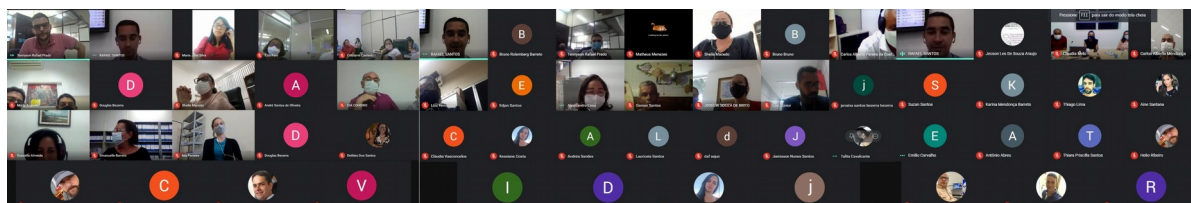
2.3.1 AUDITORIAS DE CONTAS ANUAIS

2.3.1.1 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/SETC/2021

Foi publicada a Instrução Normativa Nº 001/SETC/2021, de 09 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a prestação de contas do Governo do Estado, dos Gestores e dos demais agentes responsáveis por bens, direitos e obrigações dos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual, direta e indireta, vinculados ao Poder Executivo do Estado de Sergipe, a qual atualiza a Instrução Normativa Nº. 001/SETC/2020.

Diante do cenário persistente da pandemia do novo coronavírus e das medidas de austeridade e distanciamento social, foi necessária a busca de recursos tecnológicos para a formalização dos processos e Prestação de Contas Anual. Em obediência ao Decreto Estadual Nº 40.394, de 1º de julho de 2019, que regulamenta o uso do meio eletrônico para a realização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, e em obediência ao Art. 5º do Decreto Nº 40.588, de 27 de abril de 2020, foi implantado o processo de Prestação de Contas junto ao sistema e-DOC Sergipe, consoante a Portaria Conjunta Nº 05/2020 SEAD/SEGG de 02 de janeiro de 2020, que regulamenta a virtualização de processos e documentos no e-DOC.

Nesse sentido, foram realizadas reuniões de forma virtual, nos dias 18 e 19 de fevereiro do exercício em curso, com a participação dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, com a finalidade de apresentar a Instrução Normativa Nº 001/SETC/2020, bem como orientar as Unidades Gestoras quanto a correta formalização dos processos de Prestação de Contas Anual.



2.3.1.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Em atendimento às normas e procedimentos de Controle Interno, aplicáveis aos Órgãos e às Entidades do Poder Executivo Estadual, dispostas na Lei Estadual nº. 3.630, de 26 de junho de 1995, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle recebeu, até março de 2021, o total de 65 Prestações de Contas Anuais – PCAs relativas ao exercício financeiro de 2020. Este número representa aproximadamente 98,5% do total de Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta Estadual que estão obrigados a apresentar as contas anuais ao Tribunal do Estado de Sergipe – TCE/SE. Tais PCAs se encontram em análise, para posterior emissão dos Relatórios Técnicos e Pareceres do Dirigente do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme dispõe a legislação em vigor.

As Prestações recebidas pela SETC se encontram relacionadas abaixo:

Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

SETC- PCA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA – 2020							
Nº	PROTOCOLO DE ENTRADA		ADMD	ADMI	CÓDIGO UG	TIPO	TÉCNICO
	Nº	DATA					
1	4/2021-PREST-CONTAS-HPM	25/02/2021	HPM		22102	ÓRGÃO	RAFAEL
2	17/2021-PREST-CONTAS-SETUR	25/02/2021	SETUR		33101	SECRETARIA	HÉLIO
3	13/2021-PREST-CONTAS-SEDETEC	26/02/2021	FAI		19401	FUNDO	RAFAEL
4	71/2021-PREST-CONTAS-CEHOP	26/02/2021		CEHOP	26301	SEM	FÁTIMA
5	036000.00057/2021-9 – 1/2021-PREST-CONTAS-DESO	26/02/2021		DESO	-	SEM	RITA
6	254/2021-PREST-CONTAS-COHIDRO	26/02/2021		COHIDRO	17302	SEM	RAFAEL
7	12/2021-PREST-CONTAS-DPE	01/03/2021	FUNDEPES		28401	FUNDO	FÁTIMA
8	13/2021-PREST-CONTAS-DPE	01/03/2021	DPE		28101	ÓRGÃO	FÁTIMA
9	395/2021-PREST-CONTAS-FUNESA	01/03/2021		FUNESA	-	FUNDAÇÃO	RAFAEL
10	117/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	FUNDEMA		32401	FUNDO	HÉLIO
11	118/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	DEPEC		24110	ÓRGÃO	HÉLIO
12	120/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	FERH		32402	ÓRGÃO	HÉLIO
13	172/2021-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	01/03/2021		FINANPREV	37401	FUNDO	RITA
14	189/2021-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	01/03/2021		SERGIPEPREVIDÊNCIA	37201	AUTARQUIA	RITA
15	122/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	SEDURBS		26106	SECRETARIA	HÉLIO
16	14/2021-PREST-CONTAS-SEDETEC	01/03/2021	FUNTEC		19402	FUNDO	RAFAEL
17	15/2021-PREST-CONTAS-SEDETEC	01/03/2021	SEDETEC		19105	SECRETARIA	RAFAEL
18	56/2021-PREST-CONTAS-FUNCAP	01/03/2021		FUNCAP	18201	FUNDAÇÃO	RAFAEL
19	124/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	FEHIS		14401	FUNDO	HÉLIO
20	306/2021-PREST-CONTAS-PGE	01/03/2021	PGE		10101	ÓRGÃO	FÁTIMA
21	4/2021-PREST-CONTAS-VGE	01/03/2021	VGE		12101	ÓRGÃO	FÁTIMA
22	57/2021-PREST-CONTAS-FUNCAP	01/03/2021	FUNCART		27401	FUNDO	FÁTIMA
23	52/2021-PREST-CONTAS-CBM-SE	01/03/2021	CBM		23101	ÓRGÃO	RAFAEL
24	53/2021-PREST-CONTAS-RENASCER	01/03/2021		RENASCER	24202	FUNDAÇÃO	HÉLIO
25	110/2021-PREST-CONTAS-IPTS	01/03/2021		IPTS	19202	AUTARQUIA	KAYRAN
26	42/2021-PREST-CONTAS-AGRESE	01/03/2021		AGRESE	13201	AUTARQUIA	HÉLIO
27	155/2021-PREST-CONTAS-EMGETIS	01/03/2021		EMGETIS	13301	EMPRESA	KAYRAN
28	1352/2021-PREST-CONTAS-IPESAÚDE	01/03/2021		IPESAÚDE	15204	AUTARQUIA	KAYRAN
29	13/2021-PREST-CONTAS-JUCESE	01/03/2021		JUCESE	19201	AUTARQUIA	KAYRAN
30	302/2021-PREST-CONTAS-SSP	01/03/2021	SSP		22101	SECRETARIA	KAYRAN
31	20/2021-PREST-CONTAS-EMSETUR	01/03/2021		EMSETUR	19302	EMPRESA	RITA
32	303/2021-PREST-CONTAS-SSP	01/03/2021	FUNESP		22401	FUNDO	FÁTIMA
33	608/2021-PREST-CONTAS-SEGG	01/03/2021	SEGG		13101	SECRETARIA	FÁTIMA
34	1/2021-PREST-CONTAS-SER GAS	01/03/2021		SER GAS	-	SEM	HÉLIO
35	322/2021-PREST-CONTAS-DETRAN	01/03/2021		DETRAN	22201	AUTARQUIA	RITA
36	1/2021-PREST-CONTAS-ZPE	01/03/2021		ZPE	-	SEM	RITA
37	7/2021-PREST-CONTAS-CODISE	01/03/2021		CODISE	19301	SEM	RAFAEL
38	2780/2021-PREST-CONTAS-SES	01/03/2021	FES/SES		20401	SECRETARIA	KAYRAN
39	15/2021-PREST-CONTAS-PRONESE	01/03/2021		PRONESE	14301	EMPRESA	KAYRAN
40	153/2021-PREST-CONTAS-SEAGRI	01/03/2021	SEAGRI		17101	SECRETARIA	KAYRAN
41	7/2021-PREST-CONTAS-SETC	01/03/2021	SETC		36101	SECRETARIA	FÁTIMA
42	322/2021-PREST-CONTAS-FSPH	01/03/2021		FSPH	-	FUNDAÇÃO	RAFAEL
43	3243/2021-PREST-CONTAS-SEDUC	01/03/2021	SEDUC		18101	SECRETARIA	RAFAEL
44	38/2021-PREST-CONTAS-FAPITEC	02/03/2021		FAPITEC	19203	FUNDAÇÃO	HÉLIO
45	17/2021-PREST-CONTAS-ADEMA	02/03/2021		ADEMA	32201	AUTARQUIA	HÉLIO
46	235/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2021	FUNDECRIA		24401	FUNDO	HÉLIO
47	226/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2021	SEIAS		24401	SECRETARIA	HÉLIO
48	232/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2021	FUNDEPROI		24402	FUNDO	HÉLIO
49	1/2021-PREST-CONTAS-BANESE	02/03/2021		BANESE	-	SEM	RITA
50	382/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	SEJUC		21101	SECRETARIA	KAYRAN
51	384/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	FUNDECON		21402	FUNDO	KAYRAN
52	394/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	FUNPEN		21401	FUNDO	KAYRAN
53	385/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	FT		24405	FUNDO	KAYRAN
54	2885/2021-PREST-CONTAS-SES	03/03/2021		FHS	-	FUNDAÇÃO	KAYRAN
55	237/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2021	FEAS		24403	FUNDO	HÉLIO
56	242/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2021	FUNCEP		24404	FUNDO	HÉLIO
57	171/2021-PREST-CONTAS-PM	04/03/2021	PM		25101	ÓRGÃO	RAFAEL
58	146/2021-PREST-CONTAS-DER/SE	05/03/2021		DER/SE	26203	AUTARQUIA	KAYRAN
59	402/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	19/03/2021	FINATE		16402	FUNDO	RAFAEL
60	404/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	19/03/2021	FAES		16403	FUNDO	RAFAEL
61	408/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	19/03/2021	SEFAZ		16101	SECRETARIA	RAFAEL
62	16/2021-PREST-CONTAS-EMDAGRO	22/03/2021		EMDAGRO	17301	EMPRESA	RAFAEL
63	947/2021-PREST-CONTAS-SEAD	29/03/2021	SEAD		15104	SECRETARIA	KAYRAN
64	948/2021-PREST-CONTAS-SEAD	29/03/2021	FDRH		15401	FUNDO	KAYRAN
65	949/2021-PREST-CONTAS-SEAD	29/03/2021	FDES		14403	FUNDO	KAYRAN

2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

2.4.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: www.transparencia.se.gov.br, em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal n. 131, de 27 de maio de 2009.



2.4.2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Com o advento da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão - e-Sic, com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do

interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade. Veja abaixo a tela principal do sistema <http://www.se-ouv.se.gov.br/esic>

2.4.3 PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

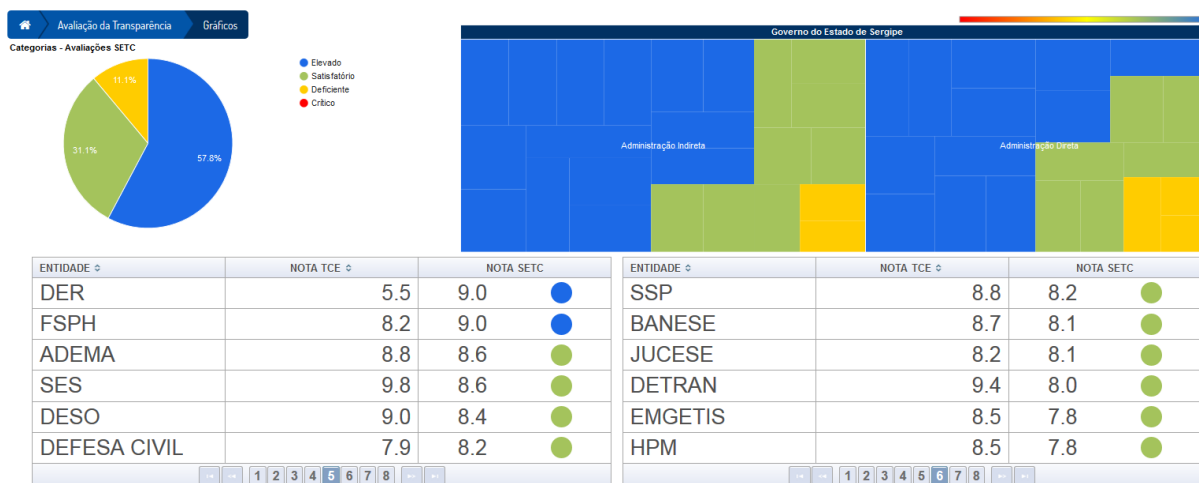
Neste relatório serão apresentados resultados das atividades desempenhadas pela SETC, cuja finalidade é avaliação periódica dos 45 (quarenta e cinco) portais da transparência distribuídos entre órgãos da administração direta e indireta do Estado. Desta forma, objetivando o constante monitoramento e aperfeiçoamento dos mecanismos disponibilizados.

Nesse sentido, esse acompanhamento é realizado mediante relatório de avaliação individualizado seguindo os parâmetros da Orientação Técnica nº 01/2019/TCE/SE.

Atividades	Jan	Fev	Mar	Total
Avaliação e/ou monitoramento dos portais	45	45	12	102
Reuniões com responsáveis pelos portais	02	01	01	04

Para melhorar a agilidade das avaliações, contamos com um novo sistema de informática que, servirá também para automatizar o processo de avaliação dos portais de transparência do Poder Executivo Estadual.

Gráfico das Avaliações



2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos Órgãos/Entidades que compõem a referida Rede. O

relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 45 unidades de ouvidorias setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

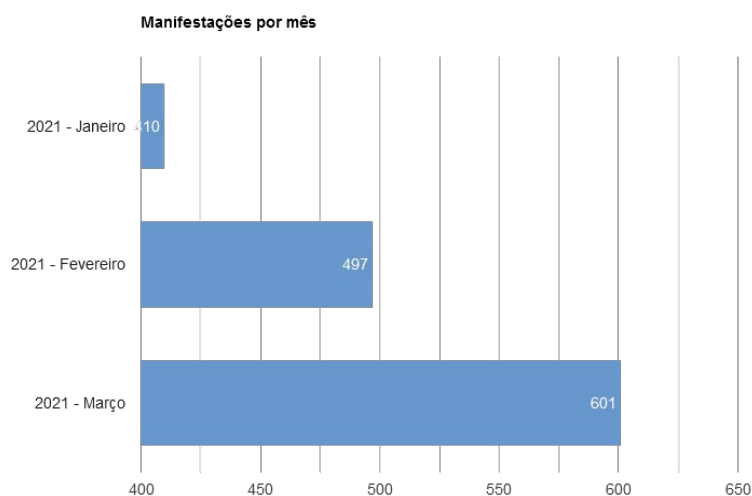
2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

Gráfico 1 – Manifestações por mês

O número de manifestações apresentadas por mês, período entre os dias *01 de janeiro a 31 de março de 2021*, os cidadãos registraram **1.508 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV).

Distribuídos em janeiro com **410** registros, fevereiro **497**, e **601** manifestações.



Fonte: Sistema SE-OUV

Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação

A tipologia apresentou o maior número de manifestações entre 01 de janeiro a 31 de março com **529** registros para reclamação, representando (35,1%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **382** solicitações (25,3%), **320** pedidos de Acesso à Informação/LAI (21,2%), **229** denúncias (15,2%), **27** sugestões (1,8%) e **21** elogios (1,4%).

Manifestações por tipo

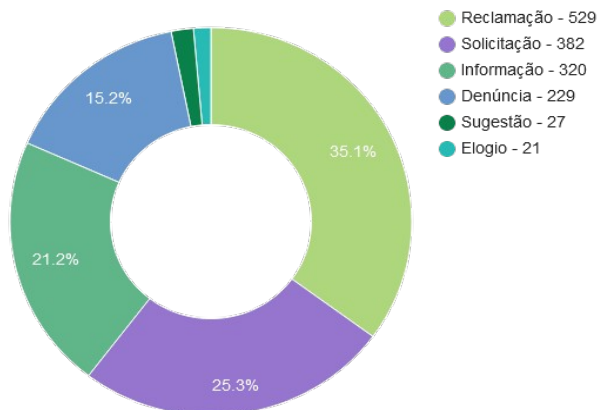


Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação

Com relação aos atendimentos das manifestações, do gráfico 3 aponta que os cidadãos realizaram **1.508**, dessas, **1.307** apresentam status de *atendidas*, (87,1%), **19** *sem resposta* (1,3%), **167** dessas manifestações encontram-se *em trâmite* (11,1%), e 7 delas ainda não foram visualizadas pelos órgãos/entidades (0,5%).

Manifestações por canal de atendimento

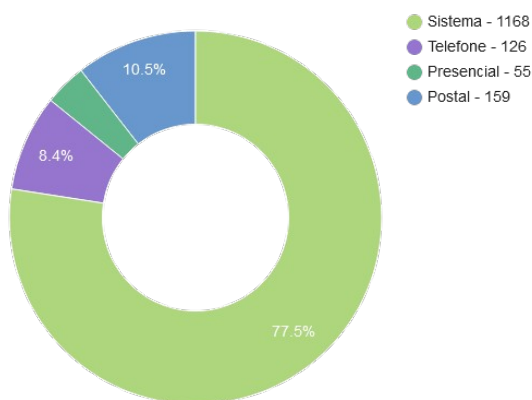


Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

O canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos foi a Internet/Sistema. **1.168** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (77,5%), **126** manifestações através do telefone, o que representa (8,4%), **55** realizados presencialmente (3,6%) e **159** atendimentos foram realizados através de meio postal (10,5%).

Vale salientar que houve acentuada diminuição nos números de atendimentos presenciais nos meses de janeiro a março, devido a pandemia da Covid-19.

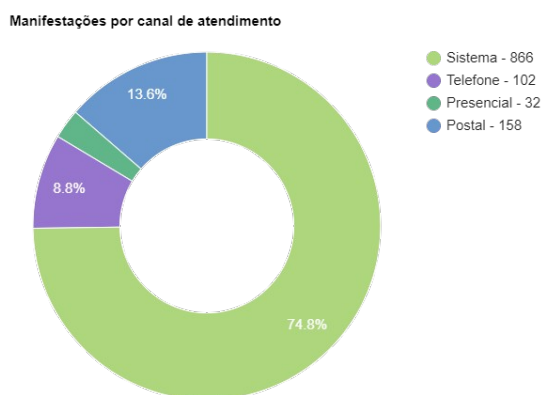


Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o gráfico 5 mostra que **576** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero *masculino*, o que representa (38,2%) do público. **491** manifestações foram registradas pelo gênero *feminino*, representando (32,6%) das manifestações. **440** manifestações foram realizadas por público *não informado*, o que representa (29,2%) dos registros, e **1** demanda foi realizada por pessoa física opção *outro*, que equivale a (0,6%).

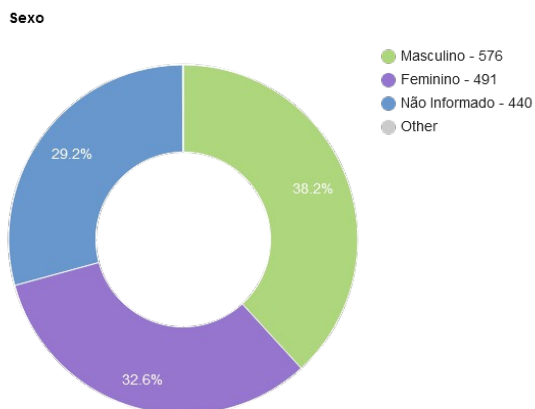


Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O DETRAN com **335** das manifestações, o IPESAÚDE com **213**, a SES com **197** dos registros, a DESO com **130**, e a SEDUC com **115** manifestações.

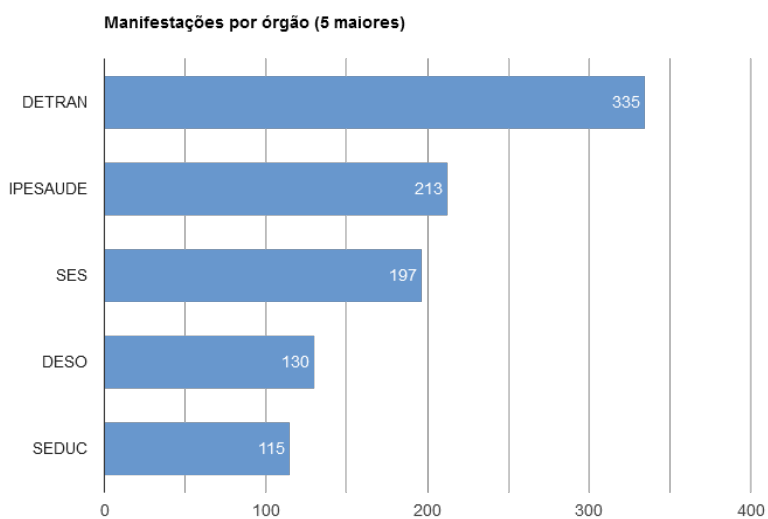


Gráfico 7 – Por Faixa etária

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o gráfico 7 mostra que **648** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **4** tinham idade entre (0 a 18 anos), **150** de (19 a 25 anos), **405** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **250** tinham de (41 a 60 anos) e **51** dos manifestantes são acima dos (60 anos).

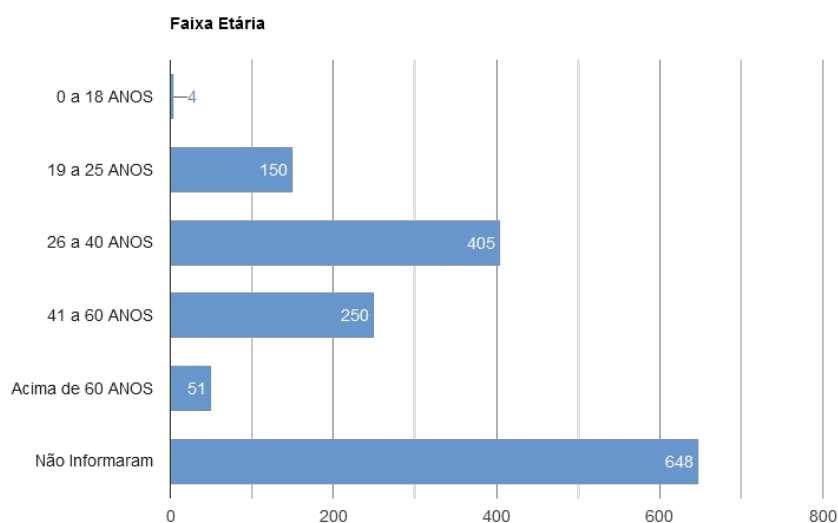


Gráfico 8 – Por Renda

Com relação a renda dos manifestantes, o gráfico 8 mostra que, **1.053** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (69,8%) dos manifestantes. **216** informaram receber até dois salários (14,3%), **114** recebem de dois a quatro salários (7,6%), **88** recebem de quatro a dez salários (5,8%), **32** informaram receber de dez a vinte salários (2,1%) e **5** recebem acima de vinte salários-mínimos (0,3%).

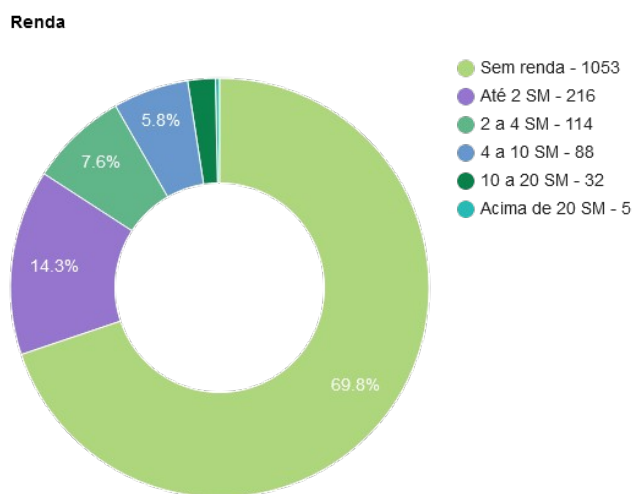


Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade

O gráfico 9 demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **737** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (48,9%). Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **440** registros (29,2%), com Ensino Superior Incompleto são **138** (9,2%), Ensino Médio Completo foram **149** (9,9%), Ensino Médio Incompleto foram **23** (1,5%), Ensino Fundamental foram **18** (1,2%) e **3** semianalfabetos (0,1%).

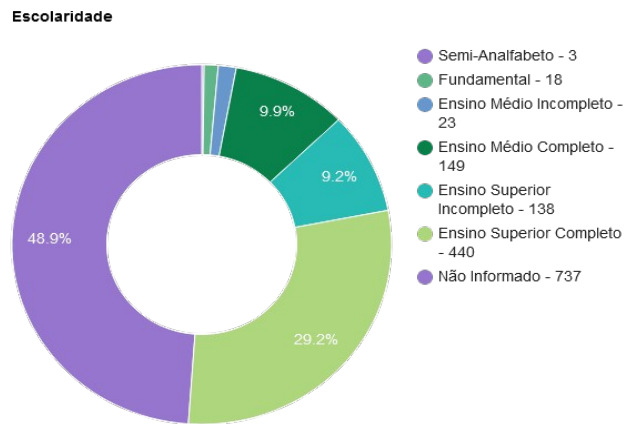


Gráfico 10 – Por Ente federativo

O gráfico 10 apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema SE-OUV. **942** dos manifestantes são oriundos de Sergipe, **396** preferiram não informar sua localização, **41** são do Estado de São Paulo, **20** são oriundos da Bahia, e **17** do Distrito Federal.

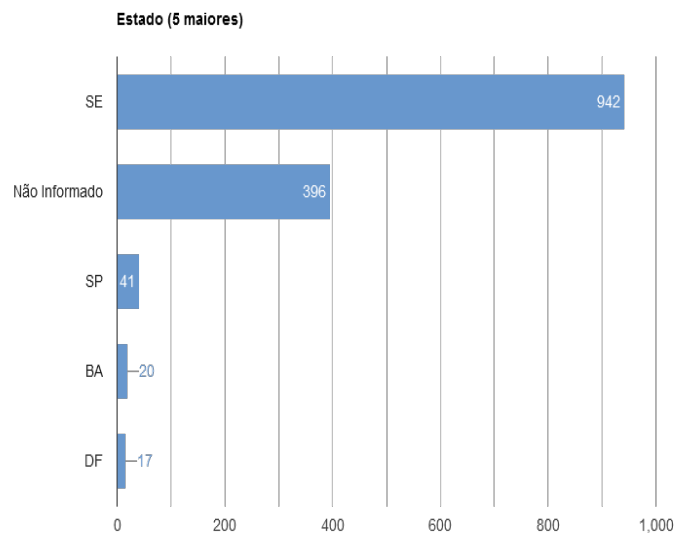
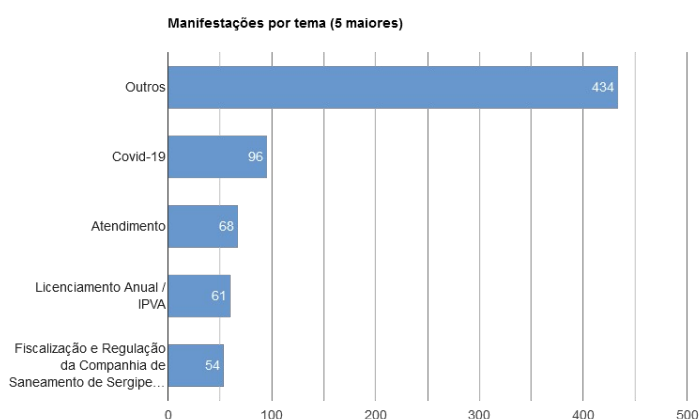


Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)

Observa-se que a opção **outros** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado – TCE.

A opção **outros** aparece com **434** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo tema COVID-19 com **96** manifestações, **68** manifestações serviços de ATENDIMENTO, **61** Licenciamento Anual/IPVA e para finalizar, o tema FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DA DESO aparece com **54** registros de manifestação.



2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O Poder Executivo Estadual consagrou a Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC como o Órgão Central de Controle Interno. Dessa forma, a SETC, para realizar este papel, deve articular o conjunto de Órgãos e Entidades, funções e atividades de forma integrada, coordenando, orientando e desempenhando suas atribuições legais, constituindo o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, de acordo com o elencado na Constituição.

Sob esta perspectiva, a SETC estabeleceu em seu Planejamento Estratégico a seguinte diretriz: *“Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as Unidades Setoriais de Controle Interno - USCIs nos Órgãos*

e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual”.

Acrescenta-se à melhoria do controle interno a manutenção e o desenvolvimento contínuo do Sistema de Ouvidoria do Estado de Sergipe, ferramenta tecnológica para atender as manifestações demandadas pela sociedade, mediando a aproximação do Poder Público com o cidadão. E, ainda, manter o Portal da Transparência, para compartilhar e democratizar os atos de gestão com os cidadãos, informando e comunicando-se, na busca contínua de seu aperfeiçoamento e na interlocução com a sociedade, visando aprimorar a transparência da gestão pública estadual.

A melhoria contínua do Controle Interno e Transparência está alinhada com os Objetivos Estratégicos do governo estadual, especialmente quanto ao: fortalecimento do planejamento, potencializar a gestão governamental e ampliar a efetividade das políticas públicas; modernizar a gestão pública, priorizando a inovação tecnológica e o fortalecimento do controle social. Portanto, com o aperfeiçoamento do Controle Interno e da Transparência, consolida-se o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, em cumprimento ao estabelecido em nosso Ordenamento Jurídico, equipando o Executivo Estadual não apenas com um Órgão de Controle Interno, mas sim com um verdadeiro Sistema de Controle Interno.

3 GESTÃO DA SETC

3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2021

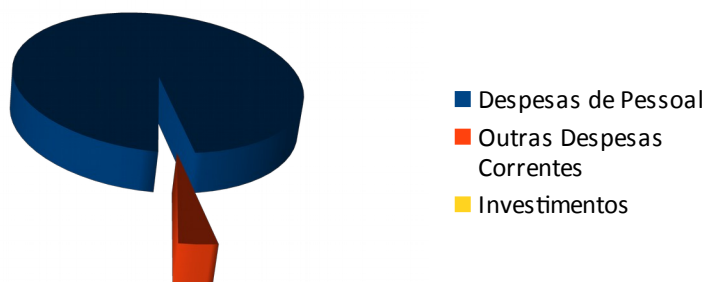
Para o exercício 2021, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 8.819, de 14 de janeiro de 2021, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 3.270.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

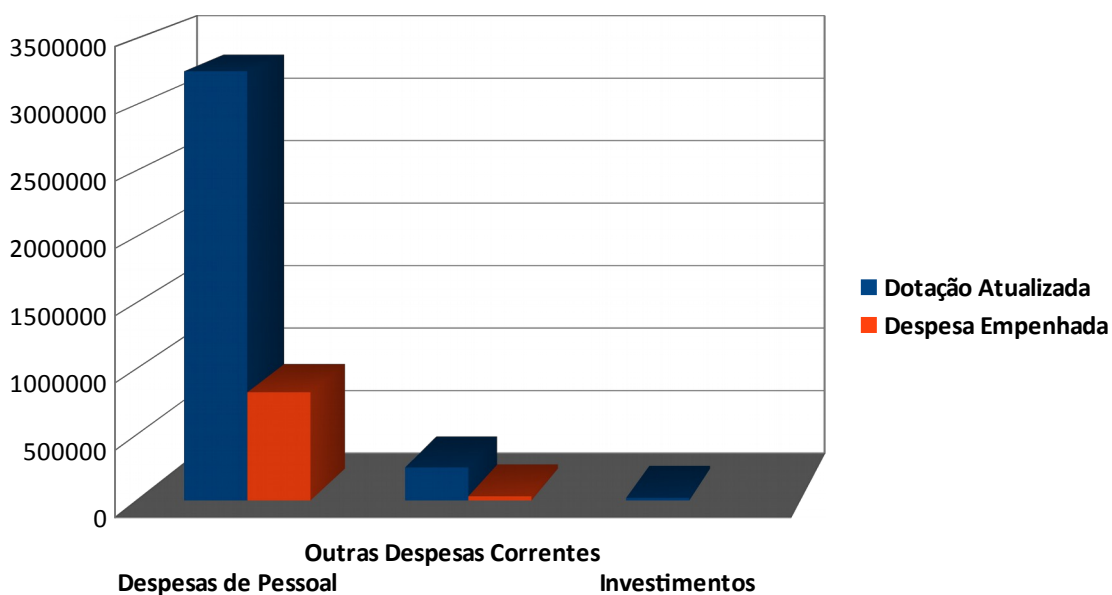
No primeiro trimestre não houve suplementação de créditos.

Durante o exercício, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram aproximadamente o valor de R\$ 819.841,41 (oitocentos e dezenove mil oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), que corresponde a aproximadamente 25,07% da Dotação Orçamentária autorizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

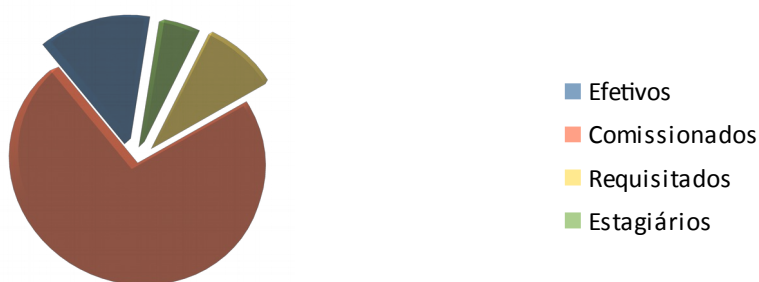
A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

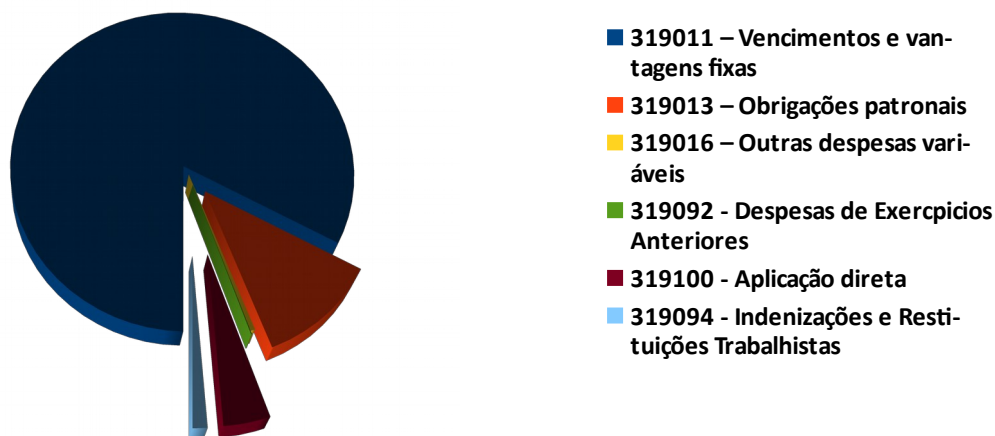
3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 45 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



Fonte: RH/SETC

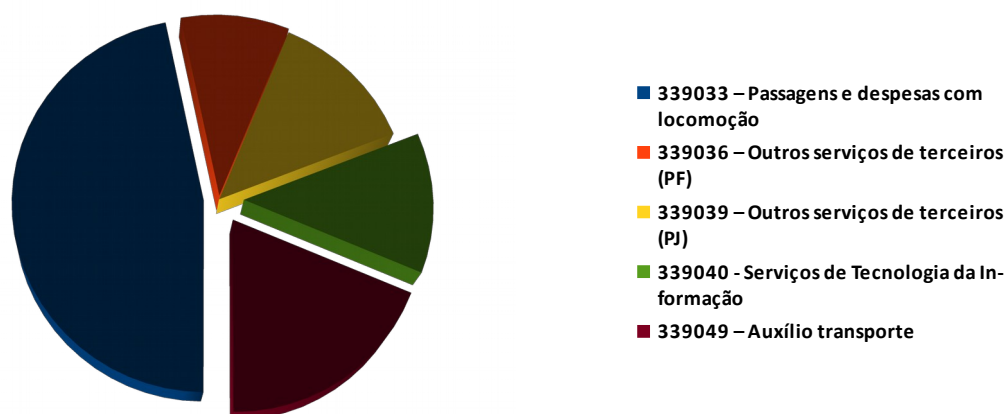
O gasto com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o período de janeiro a março de 2021, alcançou o montante de R\$ 788.017,88 (setecentos e oitenta e oito mil e dezessete reais e oitenta e oito centavos) e que correspondem a aproximadamente 24,10% da Dotação Orçamentária atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, foram realizadas as despesas no valor de R\$ 10.604,51 (dez mil seiscientos e quatro reais e cinquenta e um centavos), no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, que representam a aproximadamente 0,32% da dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

3.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Alinhado aos objetivos estratégicos do Governo do Estado:

A - fortalecer o planejamento, potencializando a gestão governamental e ampliando a efetividade das políticas públicas;

B - Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação tecnológica, a melhoria dos processos e a qualificação dos servidores; e

C - Fortalecer o controle social, por intermédio da ampliação dos mecanismos de transparência, a SETC, estabeleceu em seu planejamento estratégico as seguintes diretrizes:

- ✓ Exercer o efetivo controle interno da gestão pública, acompanhando, orientando e avaliando as ações governamentais; fiscalizando e verificando a regularidade das contas dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, para promover a efetividade das políticas públicas, fortalecer o planejamento, proteger a gestão e o patrimônio público estadual;
- ✓ Acompanhar a manutenção da Regularidade jurídica, fiscal econômico-financeira e administrativa dos Órgãos e Entidades, em cumprimento às disposições do Decreto Estadual nº 26.905, de 24 de fevereiro de 2010, adotando as providências cabíveis, junto aos titulares e dirigentes dos Órgãos e Entidades, para assegurar o cumprimento do Decreto e a regularidade no CAUC/STN/MF, e garantir as transferências de recursos para o Estado.
- ✓ Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as unidades setoriais do controle interno - USCI nos órgãos e entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual.
- ✓ Incrementar Sistema de Ouvidoria do Estado de Sergipe, desenvolvendo ferramenta tecnológica capaz de atender as manifestações demandadas pela sociedade, para coordenar as atividades de ouvidoria no âmbito do poder executivo estadual.

- ✓ Incrementar a transparência da gestão pública estadual, fomentando o exercício da transparência, informando e comunicando-se com a sociedade, desenvolvendo o portal da transparência, para compartilhar e democratizar os atos de gestão com os cidadãos, na busca contínua de seu aperfeiçoamento e na interlocução com a sociedade.

- ✓ Promover o exercício da cidadania, mediando a aproximação do Poder Público com o cidadão, através de canais de comunicação, para atender as manifestações demandadas, para otimizar os serviços públicos prestados e recomendar ações e medidas cabíveis, contra o exercício negligente e abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

Esta Secretaria estabeleceu em seu planejamento estratégico, a seguinte diretriz: *“Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as unidades setoriais do controle interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual”*

Visando melhorar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, e, em consequência, aperfeiçoar o Controle Interno Estadual e a Transparência, torna-se imprescindível a implementação e o desenvolvimento das Unidades Setoriais do Controle Interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades específicas, capaz de coordenar as atividades de controle interno de forma integrada, sob o comando do Órgão Central, para orientar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações governamentais, visando promover a efetividade das políticas públicas, fortalecer o planejamento, proteger a gestão e o patrimônio público estadual, bem como manter a Regularidade jurídica, fiscal econômico-financeira e administrativa, para assegurar as transferências de recursos para o Estado.

As Unidades Setoriais de Controle Interno – USCIs, são áreas responsáveis pelas atividades de controle interno, integradas ao sistema central, constituídas por profissionais designados pelo titular de cada Órgão ou Entidade, sujeitos à orientação técnica e à supervisão normativa, específica do Órgão Central de Controle Interno, sem prejuízo da subordinação ao Órgão/Entidade da qual que faz parte, visando o aperfeiçoamento do acompanhamento das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, agilizar a consecução das tarefas e tomadas de decisões junto a cada Órgão/Entidade no que diz respeito as atividades de controle interno.

É possível observar que o indicador relacionado à operosidade das USCIs ainda não atingiu a meta estabelecida. Embora tenham sido implementadas em todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual. Alguns desses não dispõe de uma estrutura adequada, em especial, pessoal com capacidade técnica para realizar as atividades, bem como ainda não internalizaram completamente a metodologia necessária à implementação das atividades das USCIs. De maneira que o trabalho de desenvolvimento e capacitação deve continuar de forma efetiva até a consecução dos resultados esperados.

Para tanto, visando melhorar este aspecto e atingir a meta estipulada, além das videoconferências realizadas, foram enviados diversos e-mails para os órgãos que já participaram de reuniões explicativas e ainda não iniciaram a execução das atividades requeridas ou não estão elaborando o relatório, detalhando mais a operacionalização da Instrução Normativa nº. 001/2019-SETC, enviando modelos referência e esclarecendo possíveis dúvidas.

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas, considerando o atual cenário de pandemia do novo coronavírus e as medidas de enfrentamento e prevenção ao COVID-19, notadamente nos termos do Art. 6º do Decreto Estadual nº 40.567, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas emergenciais no âmbito da Administração Pública Estadual.

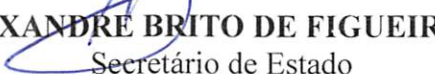
Aracaju/SE, 29 de abril de 2021.



Relatório de Controle Interno 1º Trimestre de 2021

Sheila Feitosa Macedo
SHEILA FEITOSA MACEDO
Superintendente Executiva

1. Ciente, em 30 de abril de 2021.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.



ALEXANDRE BRITO DE FIGUEIREDO
Secretário de Estado